



ESTADO DE PERNAMBUCO
CÂMARA MUNICIPAL DE QUIXABA

Resolução TC nº 48, de 19 de dezembro de 2018

ANEXO XVIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº: 0112 Prestação de Contas 2014	PC arquivada temporariamente	Tendo em vista a situação apontada no Processo de Prestação de Contas não tem a administração providências que venham a serem determinadas/recomendadas pelo TCE/PE.	Tendo em vista a situação apontada no Processo de Prestação de Contas não tem a administração providências que venham a serem determinadas/recomendadas pelo TCE/PE.
Processo TC nº: 4323 Prestação de Contas 2015	PC arquivada temporariamente	Tendo em vista a situação apontada no Processo de Prestação de Contas não tem a administração providências que venham a serem determinadas/recomendadas pelo TCE/PE.	Tendo em vista a situação apontada no Processo de Prestação de Contas não tem a administração providências que venham a serem determinadas/recomendadas pelo TCE/PE.
Processo TC nº: 9655 Prestação de Contas 2016	PC arquivada temporariamente	Tendo em vista a situação apontada no Processo de Prestação de Contas não tem a administração providências que venham a serem determinadas/recomendadas pelo TCE/PE.	Tendo em vista a situação apontada no Processo de Prestação de Contas não tem a administração providências que venham a serem determinadas/recomendadas pelo TCE/PE.

LEGENDA:

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.

